

## **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_ 2007**  
(Do Sr. Raul Jungmann)

Requer sejam convidados o Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos Sr. Roberto Mangabeira Unger, o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Sr. Marcio Pochmann, e os pesquisadores Fabio Giambiagi, Otávio Tourinho, Gervásio Castro de Rezende e Régis Bonelli - a fim de prestarem esclarecimentos acerca do afastamento dos quatro últimos nomeados do IPEA, além de outros que já haviam sido afastados.

Sr. Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., nos termos do art. 24, VII, e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que adote as providências cabíveis para convidar o Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Sr. Roberto Mangabeira Unger, o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Sr. Marcio Pochmann, e os pesquisadores Fabio Giambiagi, Otávio Tourinho, Gervásio Castro de Rezende e Régis Bonelli , a fim de prestarem esclarecimentos acerca do afastamento de pesquisadores do IPEA, sem justificativa plausível, fato amplamente divulgado a partir de 16 de novembro de 2007 pelos maiores veículos de comunicação do país.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Segundo notícias divulgadas no Jornal Folha de São Paulo em matéria elogiada pelo Observatório da Imprensa, assinada por Sheila D'Amorim, de 16 de novembro de 2007, página B6 sob o título "Idéia de mudar Ipea existe desde Dirceu", desde a posse de Pochmann em agosto de 2007, publicações do Instituto foram modificadas e outros quatro diretores do IPEA já haviam sido substituídos.

Os economistas afastados recentemente - Fabio Giambiagi, Otávio Tourinho, Gervásio Castro de Rezende e Régis Bonelli - têm pensamento econômico divergente do predominante no governo.

Segundo as notícias veiculadas, o afastamento segue uma nova linha adotada após a transferência do IPEA da tutela do Ministro Paulo Bernardo (Ministério do Planejamento) para a de Roberto Mangabeira Unger, Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos.

Todavia, desde agosto de 2007, quando o atual presidente do Instituto tomou posse, outros quatro diretores já haviam sido substituídos: Ana Peliano, Paulo Levy, João Alberto De Negri e José Aroldo Mota.

A mídia veiculou com profusão que, anteriormente, o Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, apesar de muito criticado internamente no governo por não *enquadrar* o IPEA, havia mantido a independência do Instituto. A desvinculação do IPEA do Ministério do Planejamento teria provocado uma revolta entre os pesquisadores do Instituto no início deste ano porque temiam a censura e a implantação de um pensamento único no órgão que sempre se destacou pela diversidade de idéias.

O afastamento desses economistas pode significar, Senhor Presidente, a continuação de um processo de intimidação e de aparelhamento cujos primeiros indícios ocorreram no início de 2006 e que preocupa considerando as grandes contribuições que o IPEA já deu ao país. Sem a sua independência o IPEA não existe.

E não podemos fazer de conta que nada está acontecendo porque, inquestionavelmente, pela primeira vez em mais de 40 anos um grupo expressivo de economistas foi afastado do IPEA, a pretexto de questões meramente administrativas. Mas as alegações do Senhor Presidente do IPEA à imprensa não

são plausíveis porque todos os especialistas na área *sabem* que os pesquisadores afastados são especialistas não-alinhados à política do governo.

Considerando que o presidente do IPEA adotou uma linha de atuação desconhecida no país até mesmo na época da ditadura, quando os militares que ocuparam o poder permitiram que os profissionais do IPEA produzissem e publicassem inúmeros trabalhos de críticas à política oficial, é preciso que esta Comissão escute de viva voz as explicações que o Senhor Ministro e o Senhor presidente do IPEA têm a dar à sociedade, além do depoimento dos próprios pesquisadores afastados.

Assim, com o apoio dos demais pares espera-se a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 19 de novembro de 2007.

**Deputado RAUL JUNGMANN  
PPS/PE**